



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 132.493 - MS (2009/0058118-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADO** : SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS - DEFENSORA PÚBLICA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : CELSO MALDONADO DE FREITAS (PRESO)  
**PACIENTE** : PAULO CÉZAR RONDON (PRESO)  
**PACIENTE** : SANDRO JOSÉ DE LIMA (PRESO)  
**PACIENTE** : SÉRGIO COLMAN DE AZEVEDO (PRESO)

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de *habeas corpus* em substituição ao recurso especial cabível.
2. É imperiosa a necessidade de racionalização do *writ*, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção.
3. "O *habeas corpus* é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045/RJ).
4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. O magistrado indicou, para justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal, concretas circunstâncias judiciais desfavoráveis, em especial a violência com que praticado o crime, os antecedentes criminais e as reais circunstâncias do delito, em que "foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas". Inviável, nesta sede, proceder à análise profunda dos autos para se alterar o *decisum*.
5. *Habeas corpus* não conhecido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, não conheceu do *habeas corpus*, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Sebastião Reis Júnior, Assusete Magalhães e Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Og Fernandes.



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília, 09 de outubro de 2012(Data do Julgamento)

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Relatora



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 132.493 - MS (2009/0058118-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADO** : SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS - DEFENSORA PÚBLICA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : CELSO MALDONADO DE FREITAS (PRESO)  
**PACIENTE** : PAULO CÉZAR RONDON (PRESO)  
**PACIENTE** : SANDRO JOSÉ DE LIMA (PRESO)  
**PACIENTE** : SÉRGIO COLMAN DE AZEVEDO (PRESO)

### RELATÓRIO

#### MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CELSO MALDONADO DE FREITAS, PAULO CÉZAR RONDON, SANDRO JOSÉ DE LIMA e SÉRGIO COLMAN DE AZEVEDO, apontando como autoridade coatora a 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (Apelação Criminal nº 2008.014399-5/0000-00).

Colhe-se dos autos que os pacientes foram condenados como incurso no art. 157, § 2º, I, II e V, e no art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal. As sanções foram assim aplicadas (fls. 14/32):

Acusado CELSO MALDONADO DE FREITAS

Quanto ao crime de roubo:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado na prática do roubo narrado na denúncia, porquanto agiu com extrema violência contra as vítimas, causando-lhes profundo terror; também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 230/245), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável, sendo que os motivos do crime, como acontece nos delitos deste jaez, se deram em razão da busca pelo lucro fácil; e ainda, considerando as circunstâncias do crime, quando foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas, sendo certo que tais bens não foram recuperados, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Considerando a existência de três qualificadoras, quais sejam, emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e V, do § 2º do art. 157, majoro a pena em metade, totalizando a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, à razão diária de um trigésimo do salário mínimo vigente na data dos fatos, pena que torno definitiva à míngua de



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face da quantidade de pena aplicada, fixo o regime fechado para início de seu cumprimento, bem como deixo de substituí-la por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Quanto ao crime de formação de quadrilha:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado no crime de quadrilha, que foi formada para a prática de crimes de extrema gravidade (roubo qualificado); também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 230/245), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável; e ainda, considerando as circunstâncias e conseqüências do crime, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Considerando a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 288, do Código Penal (quando o bando é armado), dobro a pena aplicada, totalizando 03 (três) anos de reclusão, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face dos maus antecedentes do acusado e do concurso com o crime de roubo, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena, razão pela qual deixo de substituir a pena ora aplicada por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Considerando, por fim, o disposto no artigo 69, do Código Penal, as penas ora aplicadas devem ser somadas para efeito de cumprimento, totalizando a pena de 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO em regime fechado e 60 (SESSSENTA) DIAS-MULTA, à razão diária já estabelecida.

Acusado SANDRO JOSÉ DE LIMA

Quanto ao crime de roubo:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo á elevada culpabilidade do acusado na prática do roubo narrado na denúncia, porquanto agiu com extrema violência contra as vítimas, causando-lhes profundo terror; também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 217/229), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável, sendo que os motivos do crime, como acontece nos delitos deste jaez, se deram em razão da busca pelo lucro fácil; e ainda, considerando as circunstâncias do crime, quando foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas, sendo certo que tais bens não foram recuperados, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Considerando a existência de três qualificadoras, quais sejam, emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e V, do § 2º do art. 157, majoro a pena em metade, totalizando a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, à razão diária de um trigésimo do salário mínimo vigente na data dos fatos, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face da quantidade de pena aplicada, fixo o regime fechado para início de seu cumprimento, bem como deixo de substituí-la por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Quanto ao crime de formação de quadrilha:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado no crime de quadrilha, que foi formada para a prática de crimes de extrema gravidade (roubo qualificado); também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 217/229), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável; e ainda, considerando as circunstâncias e conseqüências do crime, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Considerando a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 288, do Código Penal (quando o bando é armado), dobro a pena aplicada, totalizando 03 (três) anos de reclusão, pena que torno definitiva à míngua de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face dos maus antecedentes do acusado e do concurso com o crime de roubo, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena, razão pela qual deixo de substituir a pena ora aplicada por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Considerando, por fim, o disposto no artigo 69, do Código Penal, as penas ora aplicadas devem ser somadas para efeito de cumprimento, totalizando a pena de 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO em regime fechado e 60 (SESSENTA) DIAS-MULTA, à razão diária já estabelecida.

Acusado PAULO CÉZAR RONDON

Quanto ao crime de roubo:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado na prática do roubo narrado na denúncia, porquanto agiu com extrema violência contra as vítimas, causando-lhes profundo terror; também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 205/216), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável, sendo que os motivos do crime, como acontece nos delitos deste jaez, se deram em razão da busca pelo lucro fácil; e ainda, considerando as circunstâncias do crime, quando foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas, sendo certo que tais bens não foram recuperados, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Considerando a existência de três qualificadoras, quais sejam, emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e V, do § 2º do art. 157, majoro a pena em metade, totalizando a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, à razão diária de um trigésimo do salário mínimo vigente na data dos fatos, pena que torno definitiva à míngua de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face da quantidade de pena aplicada, fixo o regime fechado para início de seu cumprimento, bem como deixo de substituí-la por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Crime de formação de quadrilha:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado no crime de quadrilha, que foi formada para a prática de crimes de extrema gravidade (roubo qualificado); também considerando registrar vários antecedentes criminais



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(f. 205/216), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável; e ainda, considerando as circunstâncias e conseqüências do crime, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Considerando a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 288, do Código Penal (quando o bando é armado), dobro a pena aplicada, totalizando 03 (três) anos de reclusão, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face dos maus antecedentes do acusado e do concurso com o crime de roubo, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena, razão pela qual deixo de substituir a pena ora aplicada por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Considerando, por fim, o disposto no artigo 69, do Código Penal, as penas ora aplicadas devem ser somadas para efeito de cumprimento, totalizando a pena de 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO em regime fechado e 60 (SESSENTA) DIAS-MULTA, à razão diária já estabelecida.

Acusado SÉRGIO COLMAN DE AZEVEDO

Quanto ao crime de roubo:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado na prática do roubo narrado na denúncia, porquanto agiu com extrema violência contra as vítimas, causando-lhes profundo terror; também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 266), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável, sendo que os motivos do crime, como acontece nos delitos deste jaez, se deram em razão da busca pelo lucro fácil; e ainda, considerando as circunstâncias do crime, quando foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas, sendo certo que tais bens não foram recuperados, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Considerando a existência de três qualificadoras, quais sejam, emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e V, do § 2º do art. 157, majoro a pena em metade, totalizando a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, à razão diária de um trigésimo do salário mínimo vigente na data dos fatos, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face da quantidade de pena aplicada, fixo o regime fechado para início de seu cumprimento, bem como deixo de substituí-la por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Crime de formação de quadrilha:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado no crime de quadrilha, que foi formada para a prática de crimes de extrema gravidade (roubo qualificado); também considerando registrar vários antecedentes criminais (f. 266), o que denota personalidade voltada à prática de crimes e conduta social reprovável; e ainda, considerando as circunstâncias e conseqüências do crime, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Considerando a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

do artigo 288, do Código Penal (quando o bando é armado), dobro a pena aplicada, totalizando 03 (três) anos de reclusão, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face dos maus antecedentes do acusado e do concurso com o crime de roubo, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena, razão pela qual deixo de substituir a pena ora aplicada por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis. Considerando, por fim, o disposto no artigo 69, do Código Penal, as penas ora aplicadas devem ser somadas para efeito de cumprimento, totalizando a pena de 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO em regime fechado e 60 (SESSSENTA) DIAS-MULTA, à razão diária já estabelecida.

Acusado ANTONIO DIVINO BRAGA

Quanto ao crime de roubo:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado na prática do roubo narrado na denúncia, porquanto agiu com extrema violência contra as vítimas, causando-lhes profundo terror; também considerando que aproveitou-se da amizade que tinha com o proprietário do lava-jato para ter acesso às informações necessárias para prática do crime, o que denota personalidade e conduta social reprováveis, sendo que os motivos do crime, como acontece nos delitos deste jaez, se deram em razão da busca pelo lucro fácil; e ainda, considerando as circunstâncias do crime, quando foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas, sendo certo que tais bens não foram recuperados, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Considerando a existência de três qualificadoras, quais sejam, emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, previstas, respectivamente, nos incisos I, II e V, do § 2º do art. 157, majoro a pena em metade, totalizando a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, à razão diária de um trigésimo do salário mínimo vigente na data dos fatos, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face da quantidade de pena aplicada, fixo o regime fechado para início de seu cumprimento, bem como deixo de substituí-la por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Crime de formação de quadrilha:

Atento às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, sobretudo à elevada culpabilidade do acusado no crime de quadrilha, que foi formada para a prática de crimes de extrema gravidade (roubo qualificado); também considerando sua personalidade e conduta social reprováveis; e ainda, considerando as circunstâncias e consequências do crime, aplico-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Considerando a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 288, do Código Penal (quando o bando é armado), dobro a pena aplicada, totalizando 03 (três) anos de reclusão, pena que torno definitiva à minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes e causas de aumento ou de diminuição de pena.

Em face dos maus antecedentes do acusado e do concurso com o





## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

crime de roubo, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena, razão pela qual deixo de substituir a pena ora aplicada por restritiva de direitos ou mesmo aplicar ao acusado o benefício do sursis.

Considerando, por fim, o disposto no artigo 69, do Código Penal, as penas ora aplicadas devem ser somadas para efeito de cumprimento, totalizando a pena de 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO em regime fechado e 60 (SESSENTA) DIAS-MULTA, à razão diária já estabelecida.

A Defesa interpôs apelação, mas o Tribunal de origem negou-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (fls. 84/89):

EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - SENTENÇA CONDENATÓRIA - ART. 157,1, II E V, DO § 2º, E ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL - RECURSO DEFENSIVO - PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO - PROVAS DA AUTORIA E MATERIALIDADE - DEPOIMENTOS HARMÔNICOS DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS - CONDENAÇÃO MANTIDA - REDUÇÃO DA PENA - IMPOSSIBILIDADE - REPRIMENDA ADEQUADA E SUFICIENTE - RECURSO IMPROVIDO.

Se os depoimentos das vítimas e de outras testemunhas são harmônicos no sentido de provar a autoria e a materialidade do delito, a condenação é medida que se impõe.

Embora sucinta, não carece de fundamentação a decisão do magistrado que fixa a pena-base acima do mínimo legal em razão de algumas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao agente. Presentes três das cinco circunstâncias do §2º do art. 157 do Código Penal, não se mostra elevada a fixação da majorante em metade.

No presente *mandamus*, a impetrante sustenta que a pena-base foi fixada muito acima do necessário, com um aumento de 50% com relação ao mínimo legal previsto.

Aduz que não foram devidamente expostos os fundamentos que formaram o convencimento do magistrado, ao considerar desfavoráveis a culpabilidade, os antecedentes, a personalidade, a conduta social e os motivos.

Quanto à culpabilidade, defende que o Juiz não poderia ter considerado a extrema violência praticada contra as vítimas, pois deveria "levar em conta dois elementos: o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade da conduta diversa".

Com relação à personalidade, aduz que não havia sido produzida prova a amparar o julgamento desfavorável dessa circunstância. No tocante à conduta social, alega que não houve fundamentação, não bastando meras conjecturas. Assevera, ainda, que o lucro fácil integra o próprio tipo penal e não autoriza a valoração negativa dos motivos.

Pugna pela redução da pena para o mínimo legal, "ou, então, próximo do mínimo".

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem.





## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Informações complementares foram juntadas às fls. 118/168, das quais se extrai que o paciente obteve o livramento condicional em 10.12.10, com término do período de prova previsto para 17.10.2018.

É o relatório.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 132.493 - MS (2009/0058118-9)**

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de *habeas corpus* em substituição ao recurso especial cabível.
2. É imperiosa a necessidade de racionalização do *writ*, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção.
3. "O *habeas corpus* é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045/RJ).
4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. O magistrado indicou, para justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal, concretas circunstâncias judiciais desfavoráveis, em especial a violência com que praticado o crime, os antecedentes criminais e as reais circunstâncias do delito, em que "foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas". Inviável, nesta sede, proceder à análise profunda dos autos para se alterar o *decisum*.
5. *Habeas corpus* não conhecido.

### VOTO

**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA(Relatora):**

Busca-se, com o presente *writ*, a redução da pena-base para o mínimo legal ou para patamar próximo.

Destaque-se, inicialmente, a imperiosa necessidade de racionalização do *habeas corpus*, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal. Deve ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção.

As hipóteses de cabimento do *writ* são restritas, não se admitindo que o remédio constitucional seja utilizado em substituição a recursos ordinários ou de índole extraordinária, tampouco como sucedâneo de revisão criminal.

Para o enfrentamento de teses jurídicas na via restrita, imprescindível que haja ilegalidade manifesta, relativa a matéria de direito, cuja constatação seja evidente e independa



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de qualquer análise probatória. Sobre o tema, confirmam-se os diversos julgados desta Corte:

CRIMINAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. DIREITO A PERMANECER EM LIBERDADE ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PLEITO SUPERADO. PERDA DO OBJETO. ABSOLVIÇÃO. REDUÇÃO DA PENA-BASE AO MÍNIMO LEGAL. FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DOS TEMAS APÓS A SENTENÇA CONDENATÓRIA TER TRANSITADO EM JULGADO. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ARGUMENTOS A SEREM EVENTUALMENTE DEDUZIDOS EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL. PEDIDO PARCIALMENTE PREJUDICADO. LIMINAR CASSADA. ORDEM NÃO CONHECIDA EM PARTE.

I. Passada em julgado a condenação, infere-se a perda do objeto do writ no tocante ao pleito de concessão ao paciente do direito de permanecer em liberdade até a superveniência do trânsito em julgado da sentença, devendo, ainda, ser reconhecida a caducidade da liminar anteriormente deferida.

II. A Jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que via estreita do writ mostra-se inidônea para desconstituir édito condenatório já transitado em julgado, mormente quando a análise do tema demanda o revolvimento de matéria fática, pois, conforme já consignado, para tal objetivo existe a revisão criminal (Precedentes).

III. A substituição da revisão criminal pelo habeas corpus somente é admitida quando a apreciação do pleito prescindir de revolvimento de provas e a ilegalidade for manifesta, o que não se revela no caso em apreço.

IV. Deve ser reconhecida a prejudicialidade do pedido, no que se refere ao direito de o réu permanecer solto até o trânsito em julgado da condenação, não merecendo conhecimento a impetração no tocante aos demais pleitos deduzidos no writ.

V. Pedido parcialmente prejudicado, cassando-se a liminar antes deferida, e ordem não conhecida no demais, nos termos do voto do Relator.

(HC 170.347/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 01/07/2011)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES DO JULGADO. INCONFORMISMO DA PARTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TIPICIDADE DA CONDUTA. PRECLUSÃO MATERIAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO.

1. A decisão embargada utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, inexistindo omissão ou contradição passível de reforma por meio de embargos de declaração.

2. O habeas corpus não se presta à função de sucedâneo de revisão criminal. O trânsito em julgado da sentença penal condenatória determina a preclusão das matérias julgadas.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 91.697/RJ, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA,



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

julgado em 31/05/2011, DJe 20/06/2011)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PROVA EMPRESTADA. ELEMENTOS ORIUNDOS DO INQUÉRITO POLICIAL E DE PROCEDIMENTO MENORISTA. DEBATE QUE EXIGE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA ELEITA. IMPROPRIEDADE.

1. É inviável, na angusta via do habeas corpus, discutir-se matéria que envolve revolvimento fático-probatório. Ademais, in casu, o Pretório Excelso já reconheceu, em sede de Recurso Extraordinário, que o tema em questão - relativo à prova emprestada - teria colorido diferente daquele debate puramente jurídico, típico da discussão a ser empreendida nos Tribunais Superiores. Desta forma, o mais apropriado, nesta quadra, seria o manejo da revisão criminal.

2. Ordem não conhecida.

(HC 160.538/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 31/05/2011, DJe 20/06/2011)

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. REGIME FECHADO. ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. MATÉRIA NÃO SUSCITADA NA APELAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELAÇÃO. EFEITO RESTRITO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Se a pretensão aqui formulada, de alteração do regime prisional, não foi examinada pelo Tribunal de origem, não sendo objeto da apelação manejada pela Defesa, não pode ser enfrentadas por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Em se tratando de apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri, a análise da Corte estadual é restrita às razões da Defesa.

3. Por mais que o habeas corpus seja um dos remédios constitucionais mais importantes, deve o seu emprego submeter-se às hipóteses de cabimento. Ademais, o seu manejo imoderado desrespeita à lógica do sistema recursal, abastardando, ainda, o campo próprio da revisão criminal.

4. Writ não conhecido.

(HC 201.171/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2011, DJe 08/06/2011)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CONDENAÇÃO POR CRIME DE ESTELIONATO TRANSITADA EM JULGADO. POSTERIOR IMPETRAÇÃO DE WRIT PERANTE A CORTE A QUO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA DOSIMETRIA DA PENA, NÃO APRECIADA PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL IMPETRADO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A VIA REVISIONAL SERIA O MEIO PRÓPRIO PARA SANÁ-LA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, TÃO SOMENTE PARA QUE O TRIBUNAL IMPETRADO SE MANIFESTE ACERCA DA MATÉRIA LÁ VENTILADA.

1. A alegação de nulidade da dosimetria da pena, decorrente da ausência de fundamentação na fixação da pena-base, não foi analisada pela Corte a quo, sob a alegação de que o habeas corpus não é sucedâneo de revisão criminal. Assim, não há como ser conhecida a presente impetração, diante da flagrante incompetência desta Corte Superior (art. 105, inciso II,



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

alínea a, da Constituição da República) para apreciar originariamente a matéria.

2. Contudo, não há óbice ao manejo do habeas corpus quando a análise da legalidade do ato coator prescindir do exame aprofundado de provas, como no caso. Outrossim, "a existência de recurso próprio para a análise do pedido não obsta a apreciação das questões na via do habeas corpus, tendo em vista sua celeridade e a possibilidade de reconhecimento de flagrante ilegalidade no ato recorrido, sempre que se achar em jogo a liberdade do réu." (STJ - RHC 21188/PA, 5.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. JANE SILVA - DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG -, DJ de 22/10/2007).

3. Cumpre a este Tribunal, entretanto, determinar somente a análise do mérito da impetração originária pelo Órgão Jurisdicional Impetrado, sob pena de supressão de instância.

4. Recurso não conhecido. Ordem concedida de ofício, tão somente para determinar ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que aprecie o mérito do habeas corpus originário, como entender de direito.

(RHC 29.180/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 25/04/2011)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. MATÉRIA A SER ANALISADA EM REVISÃO CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS EM SEDE DE WRIT. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Conquanto o uso do habeas corpus em substituição aos recursos cabíveis - ou incidentalmente como salvaguarda de possíveis liberdades em perigo - crescentemente fora de sua inspiração originária tenha sido muito alargado pelos Tribunais, há certos limites a serem respeitados, em homenagem à própria Constituição, devendo a impetração ser compreendida dentro dos limites da racionalidade recursal preexistente e coexistente para que não se perca a razão lógica e sistemática dos recursos ordinários, e mesmo dos excepcionais, por uma irrefletida banalização e vulgarização do habeas-corpus.

II. Na hipótese, a condenação transitou em julgado e o impetrante não pugnou a absolvição do réu em sede de recurso especial, preferindo a utilização do writ em substituição aos recursos ordinariamente previstos no ordenamento jurídico.

III. A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que a via estreita do mandamus não permite a desconstituição de sentença condenatória já transitada em julgado, mormente quando a análise do tema demanda o revolvimento de matéria fática, pois para tal objetivo existe a revisão criminal (Precedentes).

IV. Habeas corpus não conhecido, por consistir utilização inadequada da garantia constitucional, em substituição aos recursos ordinariamente previstos nas leis processuais.

(HC 183.659/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 04/04/2011)



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE PENA. PROGRESSÃO DE REGIME. NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS IMPETRADO NA ORIGEM. AMEAÇA OU LESÃO AO DIREITO DE LIBERDADE DO PACIENTE. DESNECESSIDADE DO EXAME DE ELEMENTOS FÁTICOS-PROBATÓRIOS. CABIMENTO DO WRIT. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

1. Cristalizou-se na jurisprudência desta Corte que, apesar de existir recurso próprio, a ação de habeas corpus pode substituir a revisão criminal desde que, para a apreciação da pretensão, não seja necessário o revolvimento de provas e, versando apenas sobre matéria de direito, a ilegalidade for manifesta.

2. Ordem concedida para, cassando o v. acórdão, determinar sejam os autos retornados ao eg. Tribunal de origem e que lá seja analisado o mérito do habeas corpus.

(HC 189.391/MG, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2011, DJe 21/02/2011)

No caso, observa-se que, após o julgamento da apelação, a Defesa formulou diretamente este *mandamus*. Não interpôs o recurso especial cabível.

Reforce-se a necessidade e urgência de se cumprir as regras do sistema recursal vigente. O *habeas corpus* não foi criado para a finalidade aqui empregada.

A prevalecer tal postura, o recurso especial tornar-se-á totalmente inócuo. Certamente não foi essa a intenção do legislador constituinte ao prever o *habeas corpus* no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, e, em seu art. 105, III, definir as hipóteses de cabimento do recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

A Suprema Corte, sensível a essa problemática, tem pronunciado também a inadequação de impetrações manejadas em substituição ao recurso próprio. Em julgamento realizado em 7 de agosto de 2012, nos autos do HC nº 109.956/PR, Relator o Ministro Marco Aurélio, a Primeira Turma assentou:

Consigno a óptica sobre a inadequação do *habeas corpus* quando o caso sugere recurso ordinário constitucional.

A Carta Federal encerra como garantia maior essa ação nobre voltada a preservar a liberdade de ir e vir do cidadão - o *habeas corpus*. Vale dizer, sofrendo alguém ou se achando ameaçado de sofrer violência ou coação à liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, cabe manusear o instrumental, fazendo-o no tocante à competência originária de órgão julgador.

Em época na qual não havia a sobrecarga de processos hoje notada - praticamente inviabilizando, em tempo hábil, a jurisdição -, passou-se a admitir o denominado *habeas* substitutivo do recurso ordinário constitucional previsto contra decisão judicial a implicar o indeferimento da ordem. Com isso, atualmente, tanto o Supremo quanto Superior Tribunal de Justiça estão às voltas com um grande número de *habeas corpus* - este Tribunal recebeu, no primeiro semestre de 2012, 2.181 *habeas* e 108 recursos ordinários e aquele, 16.372 *habeas* e 1.475 recursos ordinários.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Raras exceções, não se trata de impetrações passíveis de serem enquadradas como originárias, mas de medidas intentadas a partir de construção jurisprudencial.

O Direito é orgânico e dinâmico e contém princípios, expressões e vocábulos com sentido próprio. A definição do alcance da Carta da República há de fazer de forma integrativa, mas também considerada a regra de hermenêutica e aplicação do Direito que é a sistemática. O *habeas corpus* substitutivo do recurso ordinário, além de não estar abrangido pela garantia constante do inciso LXVIII do artigo 5º do Diploma Maior, não existindo sequer previsão legal, enfraquece este último documento, tornando-o desnecessário no que, nos artigos 102, inciso II, alínea "a", e 105, inciso II, alínea "a", tem-se a previsão do recurso ordinário constitucional a ser manuseado, em tempo, para o Supremo, contra decisão proferida por tribunal superior indeferindo ordem, e para o Superior Tribunal de Justiça, contra ato de tribunal regional federal e de tribunal de justiça. O Direito é avesso a sobreposições e impetrar-se novo *habeas*, embora para julgamento por tribunal diverso, impugnando pronunciamento em idêntica medida implica inviabilizar, em detrimento de outras situações em que requerida, a jurisdição.

Cumpra implementar - visando restabelecer a eficácia dessa ação maior, a valia da Carta Federal no que prevê não o *habeas* substitutivo, mas o recurso ordinário - a correção de rumos. Consigno que, no tocante a *habeas* já formalizado sob a óptica da substituição do recurso constitucional, não ocorrerá prejuízo para o paciente, ante a possibilidade de vir-se a conceder, se for o caso, a ordem de ofício.

Saliento, por último, que, há dois anos, cheguei a propor a edição de verbete de súmula que, no entanto, esbarrou na ausência de precedentes. Deve-se afastar o misonéismo, a aversão a novas ideias, pouco importante a justificativa plausível destas - no caso, constitucional -, salvando-se, e esta é a expressão própria, o *habeas corpus* em sua envergadura maior, no que solapado por visão contrária ao princípio do terceiro excluído: uma coisa é ou não é. Entre duas possibilidades contempladas na Lei Fundamental, de modo exaustivo, não simplesmente exemplificativo, não há lugar para uma terceira - na espécie, o inexistente, normativamente, *habeas corpus* substitutivo do recurso ordinário, que, ante a prática admitida até aqui, caiu em desuso, tornando quase letra morta os preceitos constitucionais que o versam.

É cômodo não interpor o recurso ordinário quando se pode, a qualquer momento e considerado o estágio do processo-crime, buscar-se infirmar decisão há muito proferida, mediante o denominado *habeas corpus* substitutivo, alcançando-se, com isso, a passagem do tempo, a desaguar, por vezes, na prescrição. A situação não deve continuar, no que já mitigou a importância do *habeas corpus* e emperrou a máquina judiciária, sendo prejudicados os cidadãos em geral, a cidadania. Rara é a sessão da Turma em que não se examina impetração voltada contra a demora na apreciação de idêntica medida pelo Superior Tribunal de Justiça.

O mesmo órgão julgador, em 21 de agosto de 2012, nos autos do HC nº 104.045, Relatora a Ministra Rosa Weber, julgou extinta a ordem de *habeas corpus*. Vale trazer a contexto excerto do voto da Relatora:





## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assim, é o *habeas corpus* uma garantia da liberdade de locomoção - ir, vir e permanecer -, contra violência ou coação, pressupondo, portanto, uma prisão, uma ameaça de prisão ou pelo menos alguma espécie de constrangimento físico ou moral à liberdade física.

Nos últimos anos, todavia, tem se verificado um desvirtuamento da garantia constitucional. Ilustrativamente, notícia divulgada no site do Superior Tribunal de Justiça em 29.5.2011 ("*Número de habeas corpus dobra em três anos e preocupa Ministros*") revela atingida naquela data a marca de duzentos mil *habeas corpus* impetrados perante aquela Corte. E, segundo os dados estatísticos disponibilizados, naquele ano nela foram distribuídos 36.125 *habeas corpus*, número quase equivalente ao total de processos distribuídos perante este Supremo Tribunal Federal no mesmo ano (38.109).

Tais números só foram possíveis em virtude da prodigalização e da vulgarização do *habeas corpus*.

Embora restrito seu cabimento, segundo a Constituição, a casos de prisão ou ameaça de prisão, passou-se a admiti-lo como substitutivo de recursos no processo penal, por vezes até mesmo sem qualquer prisão vigente ou sem ameaça senão remota de prisão.

A pauta, aliás, desta Primeira Turma, com mais de uma centena de *habeas corpus* sobre os mais variados temas, poucos relacionados à impugnação da prisão ou efetiva ameaça de, é ilustrativa do desvirtuamento do *habeas corpus*.

O desvirtuamento do *habeas corpus* também tornou sem sentido o princípio da exaustividade dos recursos no processo legal. De nada adiante a lei prever um número limitado de recursos contra decisões finais ou contra decisões interlocutórias se se entender sempre manejável o *habeas corpus*. A par de notório que a possibilidade de recorrer contra toda e qualquer decisão interlocutória é fatal para a duração razoável do processo também assegurada constitucionalmente, há verdadeira avalanche de *habeas corpus* a submeterem a mesma questão, sucessiva e até concomitantemente, a diferentes tribunais.

O desvirtuamento do *habeas corpus* tem efeito ainda mais grave nos Tribunais Superiores, diante das funções precípuas quer do Superior Tribunal de Justiça - a última palavra na interpretação da lei federal - quer desta Suprema Corte - a guarda da Constituição.

A preservação da racionalidade do sistema processual e recursal, bem como a necessidade de atacar a sobrecarga dos Tribunais recursais e superiores, desta forma reduzindo a morosidade processual e assegurando uma melhor prestação jurisdicional e a razoável duração do processo, aconselham seja retomada a função constitucional do *habeas corpus*, sem o seu emprego como substitutivo de recurso no processo penal.

(...)

Admitir o *habeas corpus* como substitutivo do recurso, diante de expressa previsão constitucional, representa burla indireta ao instituto próprio, cujo manejo está à disposição do sucumbente, observados os requisitos pertinentes.

Em síntese, o *habeas corpus* é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ainda com o mesmo norte, podem ser citadas as decisões monocráticas proferidas pelo Ministro Luiz Fux, nos autos do HC 114.550/AC (DJe de 24/08/2012), e pelo Ministro Dias Toffoli, no HC 114.924/RJ (DJe de 28/08/2012).

Considerando o âmbito restrito do *mandamus*, cumpre analisar apenas se existe manifesta ilegalidade que implique em coação à liberdade de locomoção da paciente, o que não se verifica na espécie.

Com efeito, o magistrado indicou, para justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal, a existência de concretas circunstâncias judiciais desfavoráveis, em especial a violência com que praticado o crime, os antecedentes criminais e as circunstâncias do delito, em que "foram subtraídas de uma só vez três caminhonetes de uma das vítimas".

Inviável, pois, nesta sede, proceder à análise profunda dos autos para se alterar o *decisum*. Cabe à Defesa, se pretender um exame mais detalhado de cada circunstância judicial, ajuizar a competente revisão criminal.

Sobre o tema, confira-se o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

DIREITO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ILEGALIDADE OU ARBITRARIEDADE. A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixar as penas. **Às Cortes Superiores, no exame da dosimetria das penas em grau recursal, compete apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, bem como corrigir, eventualmente, discrepâncias gritantes e arbitrárias nas frações de aumento ou diminuição adotadas pelas instâncias anteriores. Tanto a concorrência de diversas vetoriais negativas como a existência de uma única vetorial negativa de especial gravidade autorizam pena base bem acima do mínimo legal. Não se presta o habeas corpus, enquanto não permite ampla avaliação e valoração das provas, como instrumento hábil ao reexame do conjunto fático-probatório que leva à fixação das penas.** Recurso ordinário em habeas corpus não provido. (RHC 101576, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 26/06/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-159 DIVULG 13-08-2012 PUBLIC 14-08-2012)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

É como voto.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEXTA TURMA

Número Registro: 2009/0058118-9

**HC 132.493 / MS**  
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 20080143995      8060112821

EM MESA

JULGADO: 09/10/2012

#### **Relatora**

Exma. Sra. Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro OG FERNANDES

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Secretário

Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

#### **AUTUAÇÃO**

|            |                                                           |
|------------|-----------------------------------------------------------|
| IMPETRANTE | : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL      |
| ADVOGADO   | : SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS - DEFENSORA PÚBLICA |
| IMPETRADO  | : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL     |
| PACIENTE   | : CELSO MALDONADO DE FREITAS (PRESO)                      |
| PACIENTE   | : PAULO CÉZAR RONDON (PRESO)                              |
| PACIENTE   | : SANDRO JOSÉ DE LIMA (PRESO)                             |
| PACIENTE   | : SÉRGIO COLMAN DE AZEVEDO (PRESO)                        |
| CORRÉU     | : ANTONIO DIVINO BRAGA                                    |

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio - Roubo Majorado

#### **CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do habeas corpus, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora."

Os Srs. Ministros Og Fernandes, Sebastião Reis Júnior, Assusete Magalhães e Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Og Fernandes.